

# UNIVERSIDADES & EMPREGO



Foto cedida

**ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA**  
afsousa@jornaleconomico.pt

Luís Miguel Ribeiro, presidente da Fundação AEP e da Associação Empresarial de Portugal, considera que academia e empresas devem estar alinhadas no crescimento da competitividade da economia do país. E esse alinhamento deve ser financiado. Não só porque isso induz crescimento sustentado, como tem impacto significativo no PIB, na criação de emprego qualificado (em demanda da digitalização) e nas exportações. Um trabalho em contínuo, diz, para que o Estudo de Boas-práticas Internacionais de Colaboração e Transferência de Conhecimento e Tecnologia pretenda contribuir. “Academia e empresas devem estar mais alinhadas para uma meta comum: contribuir para o crescimento da competitividade nacional”, refere.

Nesse quadro, o estudo “pretende ir mais longe, apoiando a implementação de um modelo de inovação aberta que, apesar de já ter alguns anos, apresenta ainda dificuldades de adesão”. “Começamos por fazer este Estudo de Boas-práticas Internacionais de Colaboração e Transferência de Conhecimento e Tecnologia entre Instituições de Ensino Superior e Empresas, que se insere na fase de Diagnóstico do Projeto, para podermos aferir em que estado é que estamos”, acrescenta. É nesse âmbito que deve ser compreendido, diz Luís Miguel Ribeiro, a criação do Conselho Estratégico, que agrega várias entidades e empresas intervenientes na área.

## Inovação

As atividades de colaboração e transferência de conhecimento e tecnologia entre empresas, IES (Instituições de Ensino Superior) e instituições de I&D contribui para a inovação no tecido empresarial nacional e para a valorização económica do conhecimento, mas o estudo mostra que 68,9% dos académicos portugueses não colabora em I&D com empresas e outras organizações. “A insuficiente colaboração entre os académicos e as empresas portuguesas decorre do próprio modelo organizativo da academia que, muitas vezes, não favorece a alocação de tempo a estas atividades e não valoriza a colaboração”.

Para o presidente da Fundação AEP é por isso necessário ajustar o modelo de governação das entidades do SCTN (Sistema Científico e Tecnológico Nacional) e reforçá-las não só do ponto de vista tecnológico, mas também “no que respeita à capacidade de diálogo e de relacionamento com as empresas – é muito importante que a ligação à indústria seja valorizada no estatuto da carreira docente”.

Do lado das empresas, fundamentais, na ótica de Luís Miguel Ribeiro, no processo de criação de valor do conhecimento gerado pelo SCTN, “é de relevar o crescimento da despesa em atividades de I&D nas empresas entre 2018 e 2019: a despesa de investigação e

desenvolvimento das empresas atingiu 1.569 milhões de euros em 2019, representando 10% de crescimento”.

Neste estudo, que a Fundação AEP agora publica, é apresentado um exercício que compara a percentagem de PME que introduziram inovações no mercado com a percentagem de PME inovadoras que colaboram com outras entidades e que demonstra uma correlação positiva entre estes indicadores, “sugerindo que a colaboração entre entidades tem um efeito positivo na inovação empresarial, contribuindo assim para um aumento no volume de negócios médio por PME”.

Apesar destas evidências, e sobretudo por causa delas, “as empresas devem cada vez mais apostar na inserção de doutorados e de quadros altamente qualificados e na renovação tecnológica, por forma a melhor incorporar o conhecimento no valor acrescentado dos seus produtos e serviços e, assim, aumentar a sua capacidade de inovação”, diz Luís Miguel Ribeiro.

## Financiamento

Na sua ótica, a universidade passa a ter mais uma missão além do ensino e da investigação: os processos de cooperação. “No nosso estudo propomos a criação de um programa que designamos por Horizonte Portugal, já que os seus objetivos estarão alinhados com o Horizonte Europa. Trata-se de criar uma linha de financiamento de apoio às instituições científicas que promovam a criação de consórcios com empresas para o desenvolvimento de soluções para desafios socioeconómicos”. Para Luís Miguel Ribeiro, a existência de um fundo público para o desenvolvimento de atividades de inovação colaborativas entre entidades seria “um grande incentivo à prática da inovação aberta”.

O presidente da Fundação AEP recorda ainda que “a estratégia do Portugal 2030 é ambiciosa como, aliás, devem ser todas as estratégias”. “Um dos oito eixos propostos é a Inovação e Conhecimento, e outro é dedicado à Qualificação, Formação e Emprego. São prioridades determinantes face à profunda crise que estamos a viver fruto da pandemia. O objetivo é criar 25 mil empregos qualificados em atividades de I&D nas empresas, e aumentar em 25% o número de patentes nacionais registadas até 2030. Esta ambição continua na meta da despesa total em I&D que aponta para 3% do PIB em 2030”, conclui. ●

ENTREVISTA **LUÍS MIGUEL RIBEIRO** Presidente da Fundação AEP

## “É preciso financiar consórcios entre as empresas e a academia”

Fundação AEP realizou um estudo que identifica boas práticas de colaboração e transferência de conhecimento entre as duas áreas, essenciais à recuperação da economia. Por maioria de razão, a pandemia torna tudo ainda mais urgente.

**O estudo mostra que 68,9% dos académicos portugueses não colabora em I&D com empresas e outras organizações**